**EXPLICADORAS FLUMINENSES: UM RESGATE HISTÓRICO-SOCIAL DA DOCÊNCIA POPULAR.**

Raquel Ribeiro Costa da Cunha Ferreira

Mestranda em Educação - PPGEDU/FFP/UERJ

**Resumo:**

O presente trabalho faz parte de uma dissertação de mestrado na UERJ e objetiva abordar o exercício da docência pelas explicadoras, profissionais da educação não-formal que atuam em ambientes não-escolares, junto a comunidades carentes localizadas na Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro. A pesquisa se fundamenta teórico-metodologicamente na Pedagogia Social, que nos possibilitará compreender o trabalho das explicadoras como uma das muitas possibilidades de educação, vinculado aos laços sociais e de convivência. Nos interessa trazer para o campo acadêmico debates sobre as práticas sociopedagógicas realizadas em comunidades empobrecidas. Foi utilizado como instrumento de coleta de dados a análise documental de reportagens de jornais, o contexto histórico do surgimento deste ofício e o seu desenvolvimento ao longo dos séculos XX e XXI. Destacaremos a importância social do papel desempenhado pelas explicadoras nas comunidades em que atuam ao longo do espaço-tempo.

**Palavras Chaves:** Comunidades empobrecidas. Educação não-escolar. Exercício da docência. Explicadoras.

**Resumo Expandido**

Para as pessoas que conhecem a realidade social da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, em especial as comunidades empobrecidas, o ofício das explicadoras é comum e a palavra já remete ao exercício da docência em ambiente não-escolar, que se inscreve no campo da Pedagogia Social. As explicadoras podem ser definidas como profissionais, em regra do sexo feminino, que exercem a docência em comunidades carentes ou bairros periféricos da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, em suas próprias casas, com atendimento destinado a estudantes de distintas faixas etárias, em geral divididos em pequenas turmas (Mattos, 2007). Apresentadas as características principais da atividade das explicadoras, cumpre analisarmos o surgimento deste ofício, no contexto histórico do estado do Rio de Janeiro, e o seu desenvolvimento no decorrer dos séculos XX e XXI.

O primeiro aspecto que devemos salientar, em termos históricos, é a ausência de uma literatura que tenha procurado investigar a origem da atividade das explicadoras Mattos (2007). Desse modo, buscamos traçar um percurso distinto do que normalmente seria realizado (com base na literatura do campo histórico-educacional), situando a nossa pesquisa em reportagens e matérias jornalísticas sobre a atividade desempenhada pelas explicadoras, entendendo que o acervo de notícias pode constituir um relevante instrumento de coleta de dados históricos (Gil, 2008). Realizamos, portanto, uma pesquisa documental na coletânea de jornais e periódicos disponibilizada pela Hemeroteca Digital Brasileira[[1]](#footnote-1) e pelos jornais “O Globo”[[2]](#footnote-2) e “Extra”[[3]](#footnote-3), utilizando como termo de busca a palavra “explicadora”, compreendendo os anos de 1900 a 2023.

Antes de apresentarmos as reportagens encontradas sobre o ofício das explicadoras é preciso situar que, no começo do século XX, o ensino público no Estado do Rio de Janeiro era oferecido em casas residenciais alugadas pelo Estado, onde os professores lecionavam no mesmo local de suas moradias, sendo os alunos organizados em pequenas classes ou turmas (Schueler, 2005). Esse exercício da docência em caráter familiar, para poucas turmas e alunos, se assemelha, em alguns aspectos, ao atual ofício das explicadoras, como destacado anteriormente.

Em relação às reportagens encontradas em nossa pesquisa, podemos observar que, entre as décadas de 1910 e 1950, o termo “explicadora” foi localizado em diversos anúncios de serviços, do tipo “classificados”, se referindo ao ensino oferecido em casas particulares, destinados aos cursos primário e secundário, para uma parcela mais seleta da população. A título exemplificativo, no jornal “Correio da Manhã”[[4]](#footnote-4), de 30/05/1916, encontramos um anúncio em que uma explicadora oferece os serviços de ensino para crianças, nas casas das próprias famílias interessadas. No final da década de 1960 e começo da década de 1970, os anúncios referentes às explicadoras incluíram um item denominado de “art. 99”, referência ao art. 99, da Lei nº 4.024/1961, que permitia aos estudantes maiores de 16 anos obterem certificados de conclusão do curso ginasial, mediante a realização de exames específicos, sem necessidade de observância do regime escolar (Oliveira; Ferreira, 2015). Assim, esse serviço, adicionado àqueles já oferecidos pelas explicadoras, pode ter popularizado o ofício, com o aumento da clientela, pois alunos que não cursavam o sistema regular de ensino, muitas vezes por estarem trabalhando ou não terem condições financeiras de frequentar escolas, podiam obter o certificado de conclusão do ginasial após prestar o exame previsto na lei.

A partir da década de 1980, notamos uma mudança relevante na atividade das explicadoras, quanto ao seu exercício para camadas mais empobrecidas da população. Este fato pode ser evidenciado em notícias nas quais pais e mães de alunos da rede pública destacam a necessidade de contratar serviços de explicadoras durante greves ocorridas no ensino público, como a matéria do jornal “O Globo”[[5]](#footnote-5), de 11/11/1988, intitulada “Ato reúne mães de alunos pelo fim da greve”, em que uma mãe de aluno relata que teve que contratar uma explicadora para o filho na greve ocorrida anteriormente.

Na década de 1990, o ofício das explicadoras torna-se cada vez mais popular, com o seu atendimento destinado a alunos moradores de comunidades carentes do Estado do Rio de Janeiro. Neste sentido, destacamos a matéria veiculada no “Jornal do Brasil”[[6]](#footnote-6), de 02/08/1990, com o título “Arlete é a explicadora da favela”, na qual é ressaltado o trabalho realizado por uma explicadora na comunidade de Nova Brasília, junto a alunos da região, que procuravam o serviço da explicadora em face da deficiência do ensino público. Na década de 2000, identificamos que a procura pelos serviços oferecidos pelas explicadoras em comunidade empobrecidas continuou tendo como um dos motivos principais a deficiência do sistema regular de ensino, por ausência de aulas, de uma estrutura adequada ou carência de profissionais. Estas dificuldades podem ser encontradas, por exemplo, na reportagem do jornal “Extra”[[7]](#footnote-7), de 07/06/2003, que retrata que a ausência de aulas em uma escola municipal de Duque Caxias (RJ) e que motivou uma mãe de aluno a contratar uma explicadora para a filha. Em 2010, podemos observar que os problemas inerentes ao sistema de ensino público, como falta de profissionais e de infraestrutura, dificuldades de aprendizado e longos períodos de greve, continuaram a motivar a procura pelos serviços oferecidos pelas explicadoras. Neste sentido, a matéria do jornal “Extra”[[8]](#footnote-8), de 10/05/2010, com o título “Quando a aula acaba”, que relata o aumento da reprovação escolar após o fim do sistema de aprovação automática nas escolas, apresenta um comentário de uma mãe de aluna, destacando que a sua filha teria conseguido melhor desempenho escolar caso estivesse frequentando aulas com uma explicadora.

Na década de 2020, podemos notar uma valorização do trabalho exercido pelas explicadoras, especialmente diante da pandemia da covid-19, que provocou, no âmbito educacional, o predomínio das aulas remotas, em detrimento às aulas presenciais. Neste sentido, a deficiência do sistema de ensino remoto, em face da ausência de infraestrutura pelo poder público para a realização das aulas não-presenciais ou mesmo, do próprio acesso à internet por grande parte da população de baixa renda, acarretou, por parte dessa população, a busca pelo trabalho das explicadoras como forma de suprir esta deficiência e, por parte do poder público, o reconhecimento da necessidade de utilização do ofício das explicadoras como modo de solucionar o atraso escolar enfrentado pelos estudantes. Neste contexto, podemos destacar uma reportagem que retrata a importância das explicadoras no período pandêmico.

A matéria, do jornal “Extra”[[9]](#footnote-9), de 29/06/2021, com o título “Reforço escolar: Rio terá parceria com explicadores”, trata da parceria realizada entre o município do Rio de Janeiro – RJ e explicadores para a atuação no reforço escolar dos estudantes da rede municipal. Neste aspecto, cabe registrar que no dia 29 de junho de 2021, o município do Rio de Janeiro publicou a Lei nº 6.981, denominada de “Lei do Reforço Escolar” (Rio de Janeiro (RJ), 2021), prevendo a possibilidade de o município celebrar convênios ou parcerias para a promoção do reforço escolar com moradores de comunidades com capacidade comprovada. Trata-se, portanto, de uma iniciativa pública que, ao menos no plano normativo, busca aliar o trabalho das explicadoras, presente nas comunidades cariocas, com o sistema educacional oficial.

Como podemos constatar das matérias relacionadas neste trabalho, o histórico da atividade exercida pelas explicadoras no estado do Rio de Janeiro perpassa pelo contexto social existente em cada período. Assim, enquanto na primeira metade do século XX observamos um ofício de cunho elitista, destinado a camadas com maiores condições econômicas, na segunda metade do século XX notamos uma popularização da atividade em questão, cujos serviços passam a ser oferecidos a estudantes que não conseguiam cursar o ensino regular, caso, por exemplo, do denominado “art. 99”, alcançando, ao final do referido século, as camadas mais pobres da população, especialmente diante da deficiência do aprendizado oferecido pelo sistema escolar oficial, motivada por greves, ausência de professores e falta de infraestrutura, entre outros. Verifica-se, portanto, que, no final do século XX, a atividade das explicadoras já está inserida no ambiente das comunidades e favelas do estado do Rio de Janeiro, tornando-se popular e comum em áreas empobrecidas, como, a título exemplificativo, o Complexo da Maré, o Complexo do Alemão, o Morro de Santa Marta, a comunidade de Nova Brasília, a comunidade de Gramacho, Vigário Geral e outros.

Nas primeiras décadas do século XXI, podemos notar que o papel desempenhado pelas explicadoras passa a ser reconhecido, não apenas pela própria comunidade em que estabelecem vínculos sociais e de convivência, mas também pelo poder público, sendo exemplo deste último, a “Lei do Reforço Escolar”, do município do Rio de Janeiro, que buscou trazer para o sistema oficial de ensino as atividades desenvolvidas pelas explicadoras.

As reportagens jornalísticas apresentadas neste estudo apontam que o papel social das explicadoras não se limita ao ensino de conteúdo didático para os estudantes com dificuldades na escola. De fato, a sua presença nas comunidades empobrecidas do estado do Rio de Janeiro vai além da relação de ensino-aprendizagem, sendo marcada socio-culturalmente como uma colaboradora junto à população mais necessitada, tanto em termos de ensino dos conteúdos escolares, como em relação à própria educação das crianças e dos jovens por ela atendidos, em uma relação de auxílio às famílias das comunidades em que atuam.

**Referências**

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Hemeroteca Digital.** Disponível em: https//bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acesso em: 15 set. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo, SP: Atlas. 2008.

JORNAL EXTRA. **Acervo Digital.** Disponível em: https//extra.globo.com/acervo/. Acesso em: 16 set. 2023.

JORNAL O GLOBO. **Acervo Digital.** Disponível em: https//oglobo.globo.com/acervo/. Acesso em: 17 set. 2023.

MATTOS, Luiz Otavio Neves. Explicadoras do Rio de Janeiro: encontros e desencontros em trajetórias profissionais singulares. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.** Brasília, v. 88, n. 218, p. 140-156, jan./abr. 2007. DOI: https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.88i218.768.

OLIVEIRA, Kleberson Rodrigo Vasconcelos de; FERREIRA, Márcia dos Santos. Exames de Madureza em Mato Grosso: registros da década de 1930. *In*: III Encontro de História da Educação da Região Centro-Oeste, 2015, Catalão, GO. **Anais**, p. 426-445. 2015.

RIO DE JANEIRO (RJ). **Lei nº 6.981**, de 29 de junho de 2021. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial do Município, 2021.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Entre escolas domésticas e palácios: culturas escolares e processos de institucionalização da instrução primária na cidade do Rio de Janeiro (1870-1890). **Revista Educação em Questão**. Natal: UFRN, v. 23, n. 9, p. 160-184, mai/ago 2005.

1. A Hemeroteca Digital Brasileira é um projeto desenvolvido pela Fundação Biblioteca Nacional, que permite aos usuários acessar, de forma livre, um portal de periódicos, com possibilidade de busca por termo ou palavra. [↑](#footnote-ref-1)
2. O acervo digital do jornal “O Globo” é um serviço que possibilita o acesso em forma digital de todo o conteúdo do jornal, desde 1925. [↑](#footnote-ref-2)
3. O acervo digital do jornal “Extra” oferece uma consulta às páginas das edições do jornal, desde 1998. [↑](#footnote-ref-3)
4. https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\_02&pesq=explicadora&pasta=ano%20191&hf=memoria.bn.br&pagfis=28254 [↑](#footnote-ref-4)
5. https://oglobo.globo.com/acervo/ [↑](#footnote-ref-5)
6. https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\_11&pesq=explicadora&pasta=ano%20199&hf=memoria.bn.br&pagfis=17045 [↑](#footnote-ref-6)
7. https://extra.globo.com/acervo/ [↑](#footnote-ref-7)
8. https://extra.globo.com/acervo/ [↑](#footnote-ref-8)
9. https://extra.globo.com/acervo/ [↑](#footnote-ref-9)